Defesa fitossanitária

A agricultura ameaçada

João Sereno Lammel*

O PERIGO ronda o campo. Um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira está exposto ao feroz ataque de novas pragas e doenças, que, sem formas adequadas de controle, infestam lavouras nas mais importantes regiões agrícolas do País. A lagarta *Helicoverpa armigera*, até poucos meses desconhecida da maioria dos pesquisadores, já devorou, apenas na safra deste ano, cerca de 1 bilhão de dólares das lavouras de soja e algodão do Mato Grosso e Bahia. Especialistas acompanham o rastro da praga e constatam que ela já se instalou em áreas do Paraná e franjas das regiões Sudeste e Nordeste.

A praga *Helicoverpa* soma-se a outras, como a mosca branca, a broca-do-café e a ferrugem asiática – esta já tendo causado, nos últimos dez anos, de acordo com a Aprosoja, prejuízo superior a 25 bilhões de dólares. As perdas alastram-se a lavouras de café, algodão, feijão e hortaliças. De acordo com a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, pelo menos quinze outras pragas do mesmo potencial destrutivo rondam as lavouras. Os efeitos podem ser devastadores – às plantações e à economia do País.

O agronegócio foi responsável, nos últimos dez anos, por 27% do PIB nacional. Tal resultado deve-se, em grande medida, à geração de novas tecnologias, a partir de investimentos vultosos de empresas públicas e privadas. É o caso, por exemplo, dos novos defensivos agrícolas, mais eficazes e seguros: as plantações não protegidas por modernas tecnologias perdem, em média, 40% de sua produção. Traduzindo-se: para a safra brasileira deste ano, para a qual se aguarda 186 milhões de toneladas, sem a adoção desta tecnologia, não chegariam às mesas dos brasileiros e do mundo cerca de 75 milhões de toneladas de alimentos, além de fontes de energia renovável. Ou então, caso fossem retirados 40% das exportações apenas do complexo soja, seriam menos R$ 10,5 bilhões na balança comercial brasileira. Ainda mais drástico: se o impacto de tais perdas fosse debitado do Valor Bruto da Produção (VBP) apenas das culturas de soja, cana-de-açúcar e milho – que somarão R$ 166 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura –, o País deixaria de arrecadar R$ 66,5 bilhões.



ARQUIVO ADAB

A lentidão do sistema de defesa fitossanitária tem se mostrado tão assustadora quanto a voracidade dos insetos, doenças e ervas daninhas, de acordo com a revista Exame ("A praga difícil de vencer", 13/09/13). De fato, é inconcebível a parcimônia com que é tratada, em certos setores do governo federal, uma das principais tecnologias demandadas pelos agricultores e para a sustentabilidade da agropecuária.

É urgente e inadiável, portanto, ampliar a infraestrutura funcional, de modo a conferir celeridade e eficiência aos três encarregados da regulamentação da defesa fitossanitária: o Ministério da Agricultura (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A lentidão do sistema é assustadora, como acusam os números: em 2008, foram aprovados onze novos princípios ativos; em 2009, reduziu-se o número para oito novos ingredientes ativos; em 2010, as aprovações caíram drasticamente para três ativos novos; em 2011, foram registrados apenas dois novos produtos; finalmente, no ano passado, a morosidade atingiu o fundo do poço: apenas e tão somente um produto novo foi registrado.

A correção nos rumos do atual marco regulatório oferecerá um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definirem seus planos de investimentos. Mas, sobretudo, trará confiança para o trabalho dos agricultores – afinal, os maiores responsáveis pelos alimentos em nossas mesas. ■

*Engenheiro agrônomo e presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)